



## Assinatura de Protocolo com a ADEI

A assinatura do protocolo vem no sentido de juntar esforços por parte das duas instituições visando desenvolver estratégias para fomentar a participação das micro, pequenas e médias empresas nos processos de aquisições públicas.

De acordo com o protocolo assinado a ARAP compromete a empenhar na divulgação da legislação - normas, procedimentos e princípios de aquisições, bem como na simplificação dos documentos “tipo” de aquisição, de modo a facilitar as entidades adquirentes na sua elaboração e a melhorar a compreensão por parte dos fornecedores e consequentemente despoletar maior acesso das micro, pequenas e médias empresas aos processos de aquisições públicas.

A ADEI por sua vez compromete a reunir as condições para realização de um inquérito junto das PME's, no sentido de aferir o grau de conhecimento do sistema regulado e conhecer os constrangimentos que podem condicionar a participação nos processos de aquisições, bem como outras performances de actuação dos mesmos no sistema.

Tanto a ARAP como a ADEI, tendo em conta as suas atribuições, entendem que há necessidade de alavancar a participação das PME's, e nesse sentido um dos produtos desse protocolo ora firmado será a elaboração conjunta de um Guia do Fornecedor, que trará informações orientadores e essenciais sobre os procedimentos de contratação pública e os mecanismos de acesso aos processos de aquisições públicas.



## Formação sobre Normas e Procedimentos das Aquisições Públicas

Zelar por uma adequada formação é a atribuição conferida pelo Estatuto à ARAP. Neste sentido, visando promover a capacitação em matéria de aquisições públicas, e após vários pedidos de esclarecimentos solicitados por entidades adquirentes, a entidade reguladora organizou duas acções de formação.

Estas duas acções, com vista a melhorar a condução dos processos de compras públicas, tiveram como público alvo os gestores e técnicos de entidades públicas, e foram realizadas na ARAP durante os meses de Março e Abril.

Com estas acções os participantes puderam ter uma visão do universo legal do sistema de compras na Administração Pública; expandir o cenário informativo dos assuntos relacionados à área de compras públicas, integrando todas as etapas do processo, desde o planeamento inicial até a avaliação final do produto contratado e puderam ainda ver as competências profissionais mais aperfeiçoadas quando o assunto envolve os processos de aquisições públicas.

Os participantes mostraram-se satisfeitos com a formação, dada a importância da mesma para o cumprimento das normas das Aquisições Públicas em vigor. É que no entender de alguns, muitas vezes é por falta de conhecimento que os processos não decorram da melhor forma.



A formação no seu todo foi muito bom e esclarecedor de acordo com Hernane Ribeiro participante da segunda acção de formação que chama atenção para modalidade de aquisições competitivas. *“É de ressaltar os aspectos das aquisições publicas com relação às modalidades como é o caso das aquisições competitivas que devemos ter muita atenção. E é importante que a ARAP faça o seguimento de todos os processos de aquisições públicas”*, observa Hernane.

## Formação sobre Normas e Procedimentos das Aquisições Públicas– cont.

Para além de conhecerem a missão e atribuição da ARAP, no sistema regulado de aquisições públicas e a legislação sobre as aquisições públicas, os participantes puderam ver e analisar documentos essenciais no processo, tais como os Planos Anuais de Aquisições–PAA, os documentos “tipo” de suporte nomeadamente o programa de concurso, o caderno de encargos, a minuta de contrato, convites e anúncios entre outros.

Puderam ainda conhecer o processo legal, e a aplicação informática desenvolvida para efeito de criação das Unidades de Gestão de Aquisições- UGA e a certificação dos seus integrantes.

Ao final do evento os participantes fizeram a avaliação da formação tendo em conta aspectos como cumprimentos dos objectivos, adequação dos conteúdos, duração, a utilidade em contexto de trabalho, o desempenho dos formadores entre outros.

Com relação a importância da formação para o trabalho, os participantes chamaram a atenção para a necessidade de maior engajamento dos responsáveis dos serviços e apontaram a importância da realização de formação para todas as entidades da função pública.



## Visita a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Enquadrado no ciclo de encontros com as instituições de ensino superior no País, a PCA da ARAP efectuou uma visita à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, visando apresentar a instituição e recolher subsídios para elevar a reflexão sobre a sustentabilidade da formação sobre aquisições públicas no País.

Fará parte dessa reflexão a necessidade de massificar o conhecimento, por forma a melhor semearmos uma cultura de boas práticas em aquisições públicas no nosso País e despertar nos formandos o aprendizado sobre a matéria.



### O que são Aquisições Públicas?

A lei considera **aquisições públicas** as empreitadas de Obras públicas; aquisição de bens; aquisição de serviços; a concessão de obras públicas e ainda a concessão de serviços públicos.

A **lei de aquisições públicas** regula o procedimento de compra para a administração pública, desde a formação dos contratos até a sua execução.

A lei estabelece as regras para contratação, esta é a fase da **formação dos contratos** que pode ocorrer através das seguintes modalidades: Concurso Público; Aquisição competitiva ou Ajuste Directo. A formação de contratos vai do momento em que se tem a necessidade de contratar até o momento em que o contrato é celebrado.

A partir do momento em que celebra o contrato com o adjudicante passa-se a fase da **execução de contrato**. Onde os contratantes devem ter em conta os aspectos como obrigações, poderes, cláusulas de incumprimento ou modificação entre outros que conformam as relações jurídicas entre as partes num contrato.

Saiba quem faz as aquisições públicas no próximo newsletter...

